

Caderno de Apoio

Unidade Curricular – 41036

Introdução às Ciências sociais

Licenciatura em Ciências Sociais
Departamento de Ciências Sociais e Políticas
Universidade Aberta

Ano lectivo 2008/ 2009

Docente: Olga Magano

Índice

Apresentação	3
1. Sinopse	4
2. Objectivos gerais da unidade curricular	4
3. Competências	5
4. Programa	6
5. Bibliografia	
5.1 Bibliografia obrigatória	8
5.2 Bibliografia complementar	8
6. Guia de estudo	9
1. O domínio das ciências sociais	9
Actividade Formativa 1	11
2. O conhecimento e explicação em ciências sociais	12
Actividade Formativa 2	20
3. Os factores de explicação do social	21
Actividade Formativa 3	31
4. Métodos de observação e análise de factos sociais	32
Actividade Formativa 4	38
7. Informações úteis	
7.1 Preparação para a avaliação	39
7.2 Contactos	40

Apresentação:

Este caderno de apoio tem por objectivo servir de suporte à unidade curricular Introdução às Ciências Sociais, com o código 41036, da licenciatura em Ciências Sociais, Universidade Aberta, ano lectivo 2008-2009).

O livro adoptado obrigatório é o seguinte:

Barata, Óscar Soares [2004 (orig.1974)]. *Introdução às ciências sociais*. volume I. Lisboa. Livraria Bertrand.

O presente caderno é composto pela apresentação da unidade curricular, objectivos de aprendizagem, programa/ conteúdos, guia de estudo e actividades formativas. Destina-se a apoiar o(a) aluno(a) de ensino a distância tradicional e ensino on-line em regime de e-learning, no seu estudo individual ou em grupo. Não substitui de modo algum o manual adoptado, cuja leitura e estudo é indispensável para a realização das avaliações.

Nem todo o conteúdo do manual adoptado faz parte do programa da unidade curricular pelo que o(a) estudante deve atender às páginas indicadas para cada ponto do programa. As páginas não referidas não são alvo de avaliação.

De modo a facilitar o estudo, para cada ponto do programa são indicados os conceitos sociológicos que devem ser trabalhados, os objectivos de aprendizagem e/ou competências a desenvolver e actividades formativas,

de modo a permitir um trabalho de reflexão e consolidação de conhecimentos.

Espera-se promover e contribuir para a reflexão sobre os conteúdos programáticos desenvolvendo o espírito crítico dos (as) estudantes.

1. Sinopse

A unidade curricular visa disponibilizar conteúdos que permitam explicitar os critérios e as condições de formação do campo das ciências sociais no universo das ciências, bem como propor a análise dos principais vectores epistemológicos e metodológicos das ciências sociais, enquanto saber científico. Nesse sentido, primeiro explora-se em que consiste o domínio das ciências em geral e a especificidade dos factos sociais em particular. De seguida são analisadas as condições específicas do conhecimento e a explicação neste contexto. Por fim, referem-se os principais factores de explicação do social e também os métodos de observação e de análise predominantemente mobilizados pelas ciências sociais.

2. Objectivos gerais do programa:

- Identificar e caracterizar os factos sociais enquanto domínio próprio das ciências sociais.
- Reconhecer e analisar as condições específicas da construção do conhecimento científico das ciências sociais, quanto ao seu grau de adequação e poder explicativo relativamente aos factos sociais.

- Conhecer e relacionar os factores fundamentais de explicação social quanto ao seu valor e peso relativos na interpretação e explicação dos factos sociais.

- Conhecer e comparar os principais métodos das ciências sociais quanto ao âmbito da pertinência e valor informativo dos resultados proporcionados.

- Desenvolver o espírito crítico sobre os conteúdos programáticos.

3.Competências:

No final desta unidade o estudante deverá ser capaz de:

1. Identificar e caracterizar os factos sociais enquanto domínio próprio das ciências sociais.

2. Reconhecer e analisar as condições específicas da construção do conhecimento científico das ciências sociais, quanto ao seu grau de adequação e poder explicativo relativamente aos factos sociais.

3. Conhecer e relacionar os factores fundamentais de explicação social quanto ao seu valor e peso relativos na interpretação e explicação dos factos sociais.

4. Conhecer e comparar os principais métodos das ciências sociais quanto ao âmbito de pertinência e valor informativo dos resultados proporcionados.

5. Ter desenvolvido um espírito crítico e reflexivo que lhe permitam argumentar sobre as grandes problemáticas das ciências sociais.

4. Programa da unidade curricular

1. O domínio das ciências sociais

1.1.A especificidade do social como campo de estudo

1.1.1. Características dos factos sociais no conjunto da acção humana

1.1.2. Determinação dos factos sociais

2. Conhecimento e explicação em ciências sociais

2.1.A Acção social e a sua interpretação

2.1.1. Características da acção social e a sua interpretação

2.1.2. Problemas de interpretação da acção social

2.2.Condições do valor científico do conhecimento nas ciências sociais

2.2.1. Posições relativas às condições de cientificidade das ciências sociais

2.2.2. As formas de explicação científica

2.2.3. Condições de explicação nas ciências sociais

2.2.4. Convergências e particularidades entre as ciências sociais e as outras ciências

2.2.5. O problema da objectividade nas ciências sociais

2.2.6. Teorias e paradigmas nas ciências sociais

3. Os factores de explicação do social

3.1.A relevância social da hereditariedade

3.1.1. Genética e transmissão hereditária

3.1.2. Problemas da relação entre hereditariedade e ambiente na determinação de características individuais e grupais

3.2.A relevância social do meio físico

3.3.A cultura

3.4.As relações sociais

3.4.1. Especificidade e autonomia das relações sociais

3.4.2. Grupos e sociedade

3.5.O “suicídio” de Durkheim como exemplo de estudo da incidência dos factores de explicação do social

4. Métodos da observação e análise dos factos sociais

4.1.Problemas da observação e da análise em ciências sociais

4.1.1. Problemas gerais

4.1.2. Os quadros de interpretação

4.1.3. O problema da experimentação

4.1.4. O método comparativo

4.2.Tipologia das técnicas da observação nas ciências sociais

4.2.1. A observação documental

4.2.2. A observação directa extensiva

4.2.3. A observação directa intensiva

5. Bibliografia

5.1 Bibliografia obrigatória

Barata, Óscar Soares (2004 [orig.1974]). *Introdução às ciências sociais*. Volume 1. Lisboa. Livraria Bertrand

Magano, Olga (2008). *Caderno de Apoio para a disciplina Introdução às ciências sociais*. Universidade Aberta. (Disponível em PDF na página da unidade curricular)

5.2 Bibliografia complementar

NUNES, Sedas (1973). *Questões preliminares sobre as ciências sociais*. Lisboa. Presença /GIS

LUCKMAN, Thomas e BERGER, Peter I. (1985). *A construção social da realidade. Um livro sobre a sociologia do conhecimento*. Lisboa. Dinalivro

SANTOS, Boaventura de Sousa (1986). *Um discurso sobre as ciências*. Coimbra. Universidade de Coimbra

SILVA, Augusto Santos e PINTO, José Madureira (1986). (orgs.). *Metodologia das ciências Sociais*. Porto. Ed. Afrontamento. 313 pp.

6. Guia de estudo

Nesta guia de estudo seguimos a metodologia de apresentar os conceitos que deve aprender, devendo para isso pesquisar em dicionários de ciências sociais ou noutra tipo de bibliografia. Também apresentamos os objectivos de aprendizagem que devem ser atingidos em cada ponto do programa e o desenvolvimento de competências esperadas do trabalho do(a) estudante. Sempre que consideremos necessário incluiremos breves análises de alguns pontos ou sub-pontos do programa que em nosso entender devem merecer um trabalho mais elaborado ou actualização de informação.

1. O domínio das ciências sociais (pp. 7-15)

Conceitos a desenvolver	Objectivos e competências a atingir neste capítulo
Social Individual Estatuto Norma Lei Sanção Costume Consenso Exterioridade Coacção Factos sociais	- Compreender como o campo de estudo das ciências sociais se distingue do campo de estudo de outras ciências e quais os factores que contribuem para essa distinção. - Definir e explicar o conceito de social, clarificando o que lhe é próprio e específico e, portanto, saber distingui-lo do individual e do psicológico, do económico e do natural. - Compreender e explicar o que se entende por coerção e exterioridade dos factos sociais e saber a que autor se deve a explicitação de tais características.

	<ul style="list-style-type: none">- Conhecer sinteticamente a biografia e a bibliografia de Durkheim de modo a compreender o seu pensamento em relação com a sua época e os lugares onde viveu.- Compreender a importância de Durkheim na definição do estatuto científico da sociologia- Conhecer os conceitos de papel e posição social. Expectativas de comportamento. Expectativas de apresentação e atributos. Posições atribuídas. Posições alcançadas. Normas. Sanções, leis, costume e consenso.- Conhecer sinteticamente a biografia e a bibliografia de Ralf Dahrendorf de modo a compreender o seu pensamento em relação com a sua época e os lugares onde viveu.
--	---

A ideia central deste capítulo é o conceito do social enquanto conceito mobilizador e definidor do pensamento das ciências sociais. O conceito foi desenvolvido durante a fase da afirmação da sociologia como ciência autónoma, por um dos seus fundadores, Émile Durkheim. Para este autor os critérios correctos para identificar os fenómenos sociais são a coacção e a exterioridade.

Durkheim pretendia distinguir o social do individual, do psicológico e do económico os quais eram conceitos muito divulgados e conhecidos na época. Este sociólogo chamou a si a tarefa de clarificar o estatuto científico da disciplina e, portanto, viu-se obrigado a explicitar o que a distinguia das

outras. Para isso, afirmou que existia uma categoria de factos que nenhuma ciência estudava então: os factos sociais vistos como coisas independentes dos indivíduos. Estes factos, ditos sociais, impunham-se aos homens de fora de si mesmos (exterioridade) pelo facto de disporem de um poder, o poder de coagir. Assim, para Durkheim a razão de ser da sociologia era estudar esta categoria de factos que não fazia parte do objecto de nenhuma outra ciência da época.

O autor do manual explica o conceito de social socorrendo-se da teoria do papel social. Recorre a Dahrendorf que se dedicou, muito depois de Durkheim, e em contexto diferente, ao estudo dos papéis sociais. Dahrendorf propõe que se analisem as normas para se compreender como são formulados os conteúdos dos papéis sociais. A propósito do estudo das normas, o autor conduz-nos aos conceitos de sanção, consenso e conflito.

A proposta teórica e metodológica de Durkheim conduziu a sociologia à busca da explicação dos factos sociais através da análise de outros factos sociais, supostamente relacionados consigo. Esta perspectiva distingue-se da de outro fundador da sociologia, Max Weber que pretendia que a disciplina se dedicasse a compreender por interpretação a causalidade social.

Actividade formativa 1:

- a) Para o estudo deste capítulo deve dominar os conceitos referidos na coluna dos conceitos. Para os entender, pesquise num dicionário de ciências sociais.

-
- b) Deve também estar familiarizado com os conceitos de teoria, facto, certeza, evidência e causalidade científicos. Para isso deve ler textos sobre esse tema.
 - c) Desenvolva um texto apresentando o que aprendeu acerca dos factos sociais.
 - d) Explícite o sentido que a sociologia funcionalista de Durkheim atribui ao termo coesão e exterioridade do social em relação ao individual.
 - e) Explícite resumidamente (máximo de 15 linhas) o que aprendeu sobre a teoria dos papéis sociais como pensamento de Dahrendorf.
 - f) A explicação clássica do social, iniciada por Durkheim, baseia-se na oposição indivíduo e sociedade. Este tem sido um dos nós centrais do pensamento sociológico. Tente recolher informação sobre os principais problemas que se ligam com este tema.
 - g) A propósito do estudo das normas, tente explicitar os conceitos de sanção, consenso e conflito.
 - h) Explique em que medida o pensamento de Weber difere do de Durkheim quanto à epistemologia das ciências sociais e ao método de observação e estudo do social

2. Conhecimento e explicação nas ciências sociais (pp.16-54)

Conceitos a desenvolver	Objectivos e competências a atingir neste capítulo
Acção e estrutura Reificação Causalidade	- Compreender a importância de Max Weber na definição do estatuto científico da sociologia

<p>Explicação/ interpretação</p> <p>Objectividade; Subjectividade</p> <p>Determinismo</p> <p>Positivismo; Positividade</p> <p>Facto; teoria; instituição</p> <p>Teleonomia</p> <p>Naturalismo</p> <p>Historicismo; Historicidade</p> <p>Nomotético; ideográfico</p> <p>Valores; Cultura</p> <p>Falsificabilidade</p> <p>Explicação probabilística</p> <p>Razões / causas</p> <p>Unitarismo /dualismo</p> <p>metodológico</p> <p>Hipótese</p> <p>Empirismo</p> <p>Norma; Sanção; Actor social</p> <p>Experimentação; Conhecimento</p> <p>Lei; Tipo ideal; Paradigma</p> <p>Capacidade heurística</p> <p>Juízos de valor / juízos de facto</p>	<p>Conhecer sinteticamente a biografia e bibliografia de Max Weber, de modo a compreender o seu pensamento em relação com a sua época e os lugares em que viveu</p> <p>Compreender a distinção entre explicação e compreensão interpretativa</p> <p>- Explicitar o que se entende por acção social</p> <p>- Identificar e definir os quatro tipos de acção tipificados por Max Weber</p> <p>- Explicitar o sentido do termo “casualmente adequada” e os requisitos necessários para que se obtenha uma interpretação causal adequada.</p> <p>- Distinguir os conceitos de objectividade, certeza e evidência.</p> <p>- Conhecer e discutir com profundidade o conceito e a problemática da objectividade científica</p> <p>- Distinguir positividade de positivismo</p>
--	---

¹O autor do manual afirma que para conhecermos os conteúdos dos papéis sociais devemos analisar o conteúdo das normas sociais. As normas são formuladas consoante as expectativas de comportamento que existem na sociedade. Distingue vários tipos de expectativas que se materializam ou formalizam em diferentes tipos de normas: jurídicas, costumes, consenso, etc.

As normas podem entrar em conflito com os indivíduos no desempenho dos seus diferentes papéis ou gerar conflito entre indivíduos diferentes que desempenham papéis idênticos.

Weber pretende, ao estudar a acção social, estudar o sentido da acção. Descobrir o sentido da acção e sentido colectivamente atribuído que mais a que mais tarde Luckmann e Berger designaram por *A construção social da realidade*.

A discussão dos pontos de vista de Weber conduz-nos à questão da objectividade nas ciências sociais. Para a compreensão da objectividade há que ter presente o conceito de *verdade* anteriormente estudado, quando Weber fala do sentido social fala da “verdade social” e não da “verdade absoluta”.

Weber classifica as acções sociais segundo o sentido subjectivamente visado pelos actores e distingue os comportamentos dotados no sentido das acções reactivas sem significado e que resultam de estímulos e circunstâncias várias.

Para estudar o sentido, Weber propõe que analisemos nos objectos sociais a sua relação com a acção humana com vista a podermos atingir o desiderato da ciência social que é “o entendimento das acções com vista a encontrar uma explicação causal do seu desenvolvimento e dos seus efeitos” (p. 19).

¹ A síntese aqui apresentada foi em grande parte extraída do Caderno de Apoio elaborado para esta unidade curricular, pela colega Ana Paiva para o ano lectivo de 2007/2008.

Este autor distingue a compreensão pelo entendimento observacional directo, da compreensão explicativa que resulta no entendimento dos motivos que levam à acção.

Weber pretende que a ciência social seja positiva, quer dizer, goze da positividade ou prova dos factos e, por isso, propõe o controlo das hipóteses interpretativas por meio da experiência pois esta poderá mostrar se a explicação é adequada ao nível do significado e se é causalmente adequada. Ser adequada ao nível do significado significa que é correcta ou seja, resulta da aplicação das regras da lógica, e ser causalmente adequada quer dizer que é generalizável.

Estas duas adequações, actualmente designam-se por “objectividade interna e “objectividade externa”. Weber explicita também o que entende serem os requisitos para que se possa afirmar haver causalidade nas ciências sociais. A interpretação tem que se ajustar à realidade (isomorfismo entre conceitos e realidade) e mostrar o significado das relações que mostra existirem. Sem o conhecimento do significado, qualquer explicação mesmo baseada em grande probabilidade de ocorrência não explica qualquer causalidade. Por isso, para Weber, qualquer generalização estatística deve incluir a explicitação dos sentidos dos factos generalizados, mas também as racionalizações acerca das acções sociais só são válidas enquanto tipos sociológicos se incluírem observações empíricas que as provem com grande aproximação – teoria/prática, facto/teoria.

Assim, Weber afirma que a certeza e a evidência se podem atingir por duas vias: pelo entendimento racional lógico ou matemático e pela determinação emocionalmente empática ou artisticamente apreciativa.

O autor chama no entanto atenção para os cuidados a ter com estes meios de conhecimento em situações para que não haja grande discrepância entre

os valores do observador e do observado pois podem conduzir a dificuldades de compreensão e comprometer a objectividade de análise.

Daí que Óscar Soares Barata introduza aqui a questão fundamental de saber o que são explicações causais e de também saber se o estudo do real social pode ser objectivo.

Assim, afirma-se que no social, as relações causais não podem considerar-se determinantes, desde logo, porque dificilmente se repetem as circunstâncias.

O conceito de objectividade que dominou o pensamento do social designa-se em sentido crítico, por cientismo ou naturalismo e foi herdado das ciências da natureza que procuram generalizações baseadas em sequências e regularidades manifestadas pelos factos. A isto se chama também o método positivo o qual esteve na base do positivismo, tanto na física e biologia como nas ciências sociais, nomeadamente na sociologia funcional de Auguste Comte, que desenvolveu o chamado positivismo sociológico, no século XIX.

O positivismo sociológico ou objectivismo foi contestado por outros pensadores do social tal como Dilthey ou Weber. O primeiro autor considerou as ciências sociais como ciências do espírito as quais requerem um estudo a partir da experiência interna dos indivíduos e das suas vivências que estão sempre relacionadas com fenómenos temporais irrepetíveis – historicidade.

Assim, segundo este autor devemos considerar os factos sociais como históricos e analisá-los em função das regras, fins, instituições e valores que os inspiram e lhes servem de referência.

Dilthey não advoga uma teleonomia na história ou um devir com um sentido autónomo e progressivamente realizado, por isso interpreta o

sentido da história em função da psicologia humana que ele entende estar na base de todos os comportamentos.

Dilthey, segundo Julian Freund (também autor de uma obra intitulada Sociologia de Max Weber), não é, apesar disto um psicologista e tem apenas como objectivo distinguir os conceitos de explicação e compreensão e, por isso, aproxima-se do pensamento sociológico de Max Weber.

Óscar Soares Barata apresenta de seguida a questão da distinção entre naturalismo e historicismo como linhas mestras que dividiram o pensamento das ciências sociais por se basearem em postulados diferentes. Enquanto o primeiro afirma que as formas de conhecimento científico válidas são as definidas pelo método das ciências sociais, o segundo afirma que o conhecimento das ciências sociais está condicionado pela irrepetibilidade dos fenómenos e deve seguir o método da história. Este ponto de vista foi desenvolvido por Rikert que chamou às ciências sociais ciências da cultura e assumido em grande parte por Weber.

Assim, chegámos à distinção entre dois tipos de ciências: nomotéticas ou que procuram leis gerais e ideográficas descrevendo fenómenos únicos.

Óscar Soares Barata entende que estas distinções afirmam mais pontos de vista distintos dentro do fenómeno do conhecimento que naturezas diferentes dos fenómenos. Baseando-se na afirmação de Weber de que o real é infinito quer em extensão quer em intensidade, diz que as ciências sociais debruçam-se mais sobre aspectos irrepetíveis e originais e indivisíveis dos fenómenos enquanto as naturais se dedicam mais a generalizar aspectos repetíveis.

Outro aspecto particularmente relevante do pensamento do social é o facto de ele estar sempre ligado aos valores o que obriga a que se expliquem os sentidos dos factos, enquanto no caso das ciências da natureza isso não é necessário.

O problema da explicação nas ciências sociais

A explicação nas ciências sociais tradicionalmente segue o método hipotético-dedutivo, ou seja, satisfaz três condições:

- a) que a proposição que define a lei geral acarrete a conclusão,
- b) que as premissas sejam verdadeiras ou suficientemente fundamentadas.
- c) que a explicação seja verificável empiricamente para poder ser desmentida se for esse o caso.

Isto implica que qualquer explicação obedeça a 3 regras:

- a) Ter forma dedutiva;
- b) As razões indicadas devem ter aplicação geral a todos os casos idênticos;
- c) As leis gerais invocadas devem ser regularidades observadas de facto

E isto tem implícito que:

- a) as generalizações sejam nomotéticas e não enumerativas;
- b) as relações sejam causais e não apenas lógicas (o que só a experiência pode provar).

As explicações científicas, devem, por isto, ser apresentadas e formuladas de forma que possam ser testadas e verificadas pela experiência (empiricamente). À possibilidade de serem verificáveis, Popper chamou falsificabilidade.

Outra forma de explicação usada pelas ciências sociais é a explicação probabilística. Esta é menos rigorosa que a anterior mas é muito utilizada.

Não é uma explicação dedutiva pois apresenta uma margem de erro. Essa margem de erro é determinada e explicitada em cada estudo. Muitas vezes é a explicação mais realista e a única possível nas ciências sociais pois não é determinística tal como parece acontecer com os próprios fenómenos sociais.

Na realidade verificamos que os antecedentes de determinados fenómenos sociais são muitas vezes razões e não a causa (não determinismo). Às razões estão associados valores e as causas são antecedentes neutros. Ora, as acções sociais decorrem em grande parte de regras que são construídas em função de valores e não se desenrolam em função de regularidades causais. O que se pretende, na maioria dos casos, é explicar a razão de ser das acções, ou seja, como se relacionam com valores subjacentes e não apurar causas eficazes deterministicamente dessas acções.

Isto não dispensa que se procurem as causas que explicam as configurações sociais no seu conjunto. Essa explicação causal do destino das sociedades varia segundo as teorias. Há por outro lado, posições variáveis quanto aos métodos de atingir a causalidade. Alguns autores defendem que não deve haver grande distinção entre os métodos das ciências naturais e das ciências humanas, defendendo o unitarismo metodológico, enquanto outros afirmam a necessidade de um dualismo metodológico. De facto, por exemplo, a experimentação nem sempre e até raramente é possível nas ciências sociais e, portanto, estas recorrem a técnicas específicas e diferentes das técnicas experimentais das ciências físicas e naturais.

Jean Piaget defende que não há real oposição metodológica entre estes dois tipos de ciências e que mesmo até ao nível dos conceitos a oposição é menos fundamental do que parece. O autor afirma que toda a ciência do

homem é simultaneamente implicante e causal assim com as ciências da natureza, embora em aspectos distintos.

Teorias e paradigmas

As teorias esclarecem as relações entre os fenómenos e portanto suportam a formulação de hipóteses sobre o real e a observação dos factos.

Óscar Soares Barata apresenta o ponto de vista de Boudon quanto aos paradigmas, distinguindo paradigmas teóricos ou analógicos, paradigmas formais e paradigmas conceptuais. Importa saber distingui-los.

A questão dos paradigmas, por dizer respeito às concepções últimas acerca do mundo e da vida, também se prendem com valores e ideologias e devem ser analisadas criticamente tendo em conta múltiplos factores. Para melhor compreender a problemática subjacente do envolvimento ideológico dos investigadores recomenda-se a leitura de Seda Nunes, *Questões preliminares sobre as ciências sociais*, Lisboa, Editora Presença.

A objectividade nas ciências sociais

Óscar Soares Barata dedica-se aqui a considerar questões da objectividade interna e externa dos estudos científicos. Neste contexto distingue os juízos de facto, o que é a realidade, de juízos de valor, o que se entende dever ser a realidade. A este propósito regressa a Max Weber que estudou o problema dos valores nas ciências sociais e distinguiu claramente a vocação do político (que tem de decidir e orientar as actividades humanas)

da vocação do cientista (que tem de explicar a acção social pelo seu sentido).

Actividade formativa 2:

A. Complete os espaços em branco de modo a dar sentido pertinente às frases.

1. As teorias da _____ fundamentam-se na filosofia utilitarista.
2. Weber definiu a _____ como “os significados subjectivos que o indivíduo atribuiu ao seu comportamento.
3. Segundo _____, a acção social é sempre subjectivamente orientada para o comportamento dos outros.

B. Diga se são verdadeiras ou falsas as seguintes afirmações.

1. Para Weber a “ordem” reporta às valorações superiores.
2. Uma “ordem legítima” é aquela a que os actores aderem incondicionalmente

Soluções:

- A. 1 – Acção e praxis; 2 – Acção Social; 3. – Weber
B. 1-F; 2 – F

3. Os factores de explicação do social (pp.55-56) (pp.71-147)

Conceitos a saber	Competências e objectivos de aprendizagem
Social Cultural Sociedade Cultura Grupo Solidariedade Fenómenos sociais	<ul style="list-style-type: none">- Compreender e explicitar as várias formas de explicar os factores e a variabilidade social, nomeadamente, pelos argumentos biológicos ligados à hereditariedade, pelos argumentos ambientais e naturais, pelos argumentos culturais e pelos argumentos relativos às relações sociais.- Relacionar os diferentes argumentos referidos anteriormente com os autores que o desenvolveram.- Analisar, comparar e criticar os diversos tipos de argumentos tendo em conta o que já aprendeu nos capítulos anteriores.- Expor e criticar definições de cultura- Distinguir cultura de subcultura, traços culturais, complexos de cultura, padrões de cultura e “universais” de cultura.- Conhecer os principais autores ligados aos conceitos anteriores- Explicar a noção de sistema- Conhecer e explicar os principais aspectos do pensamento de Durkheim que concorrem para esta discussão.- Conhecer a tese de Durkheim quanto às causas dos suicídios e a sua classificação etiológica dos mesmos.

	<ul style="list-style-type: none">- Explicitar as causas da variação da taxa social de suicídio- Explicitar as principais diferenças existentes entre fenómenos individuais e grupais ou colectivos.- Identificar, distinguir e explicitar as diferentes formas de solidariedade em Durkheim, designadamente orgânica e mecânica. Associá-las a tipos de sociedades e de relações sociais.- Definir a densidade dinâmica da moral e relacioná-la com a densidade material das populações.- Relacionar as formas de solidariedade com a divisão social do trabalho.- Conhecer e explicitar o conceito de “sociation” de Simmel e relacioná-lo com o conceito de sociabilidade do mesmo autor.- Explicar como a separação dos conceitos de sociedade e cultura levou ao desenvolvimento da antropologia e especialmente a antropologia social inglesa. Conhecer os seus principais autores.- Distinguir e discutir criticamente os conceitos de sociedade e de cultura- Identificar, definir e distinguir formas de sociabilidade (múltiplas maneiras de estar ligado pelo todo e no todo) de Gurvitch (massa, comunidade e comunhão).
--	--

	<ul style="list-style-type: none">- Explicar como Gurvitch distingue as manifestações de sociabilidade dos grupos.- Explicitar os critérios de definição de um grupo, segundo Gurvitch.
--	--

No que se refere à procura da explicação do social, durante muito tempo recorreu-se a argumentos que sustentavam os factores hereditários, a constituição genética e até as diferenciações raciais. Atendendo à evolução em teorias sociais que existiu neste campo, nomeadamente com a descoberta do genoma humano que colocou em causa as tipologias raciais, embora faça parte do manual, sugere-se que o(a) estudante leia esse conteúdo (pp.71-106), no entanto, por se tratarem de teorias desactualizadas, não são consideradas para avaliação. Como fazem parte da história das ciências sociais interessa apenas que tenha a noção de existirem e existiram várias correntes de tentar explicar o social. A questão racial e genética foi uma delas, outra prende-se com o meio físico. Durante algum tempo o meio físico foi considerado basilar para a estruturação das sociedades. Considerava-se que as paisagens penetravam no modo de vida dos povos. As variações do meio físico e clima foram usadas para relacionar diferentes níveis de civilização alcançados nas diversas regiões. Por seu lado, o clima não se sobrepõe à hereditariedade ou ao nível cultural mas pode actuar como elemento estimulante ou deprimente.

A cultura

As ciências sociais têm-se centrado nos fenómenos que se enquadram no âmbito da cultura. Para Herkovits “a cultura é a parte do ambiente feita pelo homem” (p.112), ou seja compreende as técnicas, a ciência, o direito, a moral, os costumes e tudo o mais que o ser humano implantou sobre a natureza.

Para Tylor o conceito de cultura pode assumir o conceito de civilização e que designa por todo o complexo que inclui conhecimento, a crença, a arte, a lei, a moral, o costume e quaisquer outras capacidades e hábitos adquiridos pelo homem como membro de uma sociedade.

Numa sociedade integrada todos os diversos grupos podem identificar-se pela partilha da cultura global da sociedade mas pode acontecer que certas fracções tenham uma visão específica do mundo distinta constituindo uma subcultura. A ideia tem sido avançada sobretudo para descrever ambientes sociais associados a pobreza e a marginalização étnica.

Para Clark Wissler deve-se decompor a cultura em elementos componentes. Chegou-se assim aos traços que se agrupam em complexos de cultura. Os complexos de traços combinam-se e permitem identificar padrões de cultura. No entanto, como a observação mostra que muitos padrões culturais são comuns a povos vizinhos e se estendem por regiões extensas, chega-se à noção de área cultural que é a área delimitada pela presença de padrões culturais substancialmente idênticos. No entanto, estas noções têm sido consideradas controversas. Nem sempre é possível fazer a sua transposição linear para os diferentes territórios e sociedades.

O próprio conceito de cultura não é unanimemente aceite, havendo uma multiplicidade de definições.

Todas as culturas têm muitos aspectos semelhantes. A esses aspectos chama-se os “universais da cultura” mas também aqui não há acordo entre os antropólogos, o que tem impedido chegar a um modelo de sistematização dos factos observado e que se traduz, de um modo geral, nas ciências sociais, embora a cultura marque profundamente o ser humano. Na verdade a forma como se exprimem até os impulsos mais íntimos revela-se marcado pelo conteúdo cultural no meio em que decorre a sua existência mas também pelo teor das relações sociais.

Émile Durkheim procurou mostrar este aspecto no estudo sobre o suicídio (1987) que aconselhamos os alunos a consultar. Neste estudo a principal constatação é que apesar da decisão de suicídio ser pessoal ela pode ser a expressão de correntes sociais. Para este autor as principais causas para o suicídio devem procurar-se nos factores de ordem social. Esses factores são basicamente de três grandes classes: 1) factores que conduzem a uma excessiva separação do indivíduos do corpo social, uma excessiva individualização a que chamou suicídio egoísta 2) factores que provocam uma excessiva subordinação do indivíduo à colectividade e que são origem a um tipo de suicídio que designa por suicido altruísta 3) factores que conduzem a um exagerado relaxamento dos laços sociais, a um estado de insuficiente integração, de anomia, e que dão origem ao suicídio anómico. De tudo isto, Durkheim conclui que as razões explicativas são de ordem sociológica.

A forma das relações sociais podem assim influenciar as decisões individuais quer seja pela coesão social que seja pelo relaxamento. No seu livro “A divisão do trabalho social” (1893) Durkheim dedica-se ao estudo da formação dos laços sociais notando que se verificam atracções e interdependências entre as pessoas como se fossem um bloco, sendo o que Durkheim designou por solidariedade mecânica. Esta solidariedade assenta

no predomínio das crenças e sentimentos comuns a todos os membros do grupo sobre o individual.

Sob outro ponto de vista, na sequência da divisão do trabalho social as pessoas podem mover-se na sua própria esfera de acção embora unidos ao todo num processo de complementaridade. A este tipo de solidariedade Durkheim chamou de orgânica que só é possível existir quando a consciência colectiva deixa descoberta uma parte da consciência individual. Os dois tipos de solidariedades correspondem a estruturas sociais diferentes. A mecânica tem uma primeira expressão numa massa homogénea que não se encontra em sociedades mais tradicionais em que os elementos não estão organizados de uma modo definido. Por outro lado, a solidariedade orgânica exprime-se numa estrutura social que é um sistema de órgãos diferentes, com funções individualizadas, compostos eles próprios de partes diferenciadas, coordenadas e subordinadas em torno de um órgão central moderador. As pessoas agrupam-se não segundo os laços de descendência mas segundo as funções sociais que desempenham.

Grosso modo, a solidariedade mecânica anda associada a uma grande uniformidade de crenças e práticas, a laços sociais assentes na família e no parentesco, a instituições económicas próximas do comunismo, e a um direito repressivo que sanciona pesadamente todos os desvios do comum. A solidariedade orgânica, pelo contrário, está ligada à aceitação da diferença, a laços sociais de natureza contratual, à especialização de actividades e a um direito restitutivo, que traduz menos o peso da censura colectiva sobre os culpados de desvios das práticas comuns que a preocupação de definir e regular adequadamente as várias funções sociais.

George Simmel mostrou que se podia distinguir nas relações sociais o conteúdo da forma e fazer da forma o objecto especial da sociologia pura

ou formal. Para este autor tudo o que está presente nos indivíduos sob a forma de impulso, interesse, propósito, inclinação, estado psíquico, movimento, etc. tudo o que está presente de modo a engendrar ou provocar efeitos em outros ou a receber tais efeitos ele designou por conteúdos, ou material da associação (*sociation*). Só o são quando transformam a agregação de indivíduos isolados em formas específicas de estar com e para o outros, formas que estão incluídas no conceito geral de interacção. Assim, *sociation* é a forma como os indivíduos desenvolvem juntas unidades que satisfazem os seus interesses. A essas formas resultantes chama de sociabilidade que se caracterizam pelo sentimento que os que nelas participam têm de estar associados e o prazer que daí tiram.

A tomada de consciência da necessidade de distinguir as relações sociais do que se reporta à cultura está na origem da individualização da antropologia social. Radcliffe-Brown desenvolveu a antropologia social e defende que a antropologia cultural deveria estudar a essência da vida cultural e a antropologia social estudar as relações sociais, que constituem um processo de acções e de interacções. Adianta a ideia da vida social como um processo composto por certos traços gerais. Esse processo afirma-se de diversas formas. Os vários elementos da vida social estão ligados entre si por certas relações de interconexão e de interdependência que constituem um sistema social e por isso compreender qualquer traço é situá-lo em relação ao sistema de que faz parte. Para este autor o sistema é um processo em evolução sendo um sistema adaptativo que se manifesta em três aspectos: a) adaptação ao meio físico que é a adaptação ecológica b) um ordenamento de vários componentes institucionais da vida social que é a adaptação institucional c) e um processo de aquisição pelos indivíduos dos comportamentos próprios da cultura do grupo que é a adaptação cultural. O ordenamento particular das partes que constitui o todo social é a estrutura

social. A relação entre um traço social e a estrutura é a sua função em que função define as relações do processo e da estrutura.

As formas de sociabilidade de Gurvitch

Gurvitch propõe um esquema de interpretação sociológica que permita uma sistematização das formas de sociabilidade. Pretendeu encontrar tipos sociais que combinem fenómenos complexos. As formas de sociabilidade são fenómenos sociais totais. São tipos microsociológicos cuja repetição e combinação ajuda a entender outras escalas de grupos sociais, os tipos de unidades colectivas particulares (grupos de actividade, localidade, parentesco, etc.) e os tipos que resultam da sua combinação hierárquica, da sua integração e desintegração na sociedade global que são os quadros estruturais da sociedade.

Distingue a sociabilidade espontânea e as expressões organizadas de sociabilidade. No caso da sociabilidade espontânea a participação num *Nós* leva a relações entre as pessoas, no seio de um grupo a formarem no conjunto algo de diferente das contribuições individuais. O *Nós* é irreduzível à pluralidade dos seus membros. O fenómeno pode ter várias intensidades conforme se trata de *Nós* activos ou passivos, conscientes ou semi-conscientes. No entanto, esta participação não implica a identidade ou a identificação dos participantes, antes supõe uma semelhança acompanhada de diferenças. A diferenciação implica uma certa afinidade entre os membros participantes num conjunto que servem de quadro de referência à diferenciação. Gurvitch remete para a ideia de sociabilidade por oposição parcial para colocar em evidência o facto do *Eu, Tu, Ele*, embora ligados, mantêm-se irreduzíveis.

A sociabilidade, participação e fusão parcial no *Nós* permitem distinguir como tipos a massa, a comunhão e a comunidade:

- Massa – quando o grau de participação no *Nós* é fraco, limitando-se ao aspecto superficial das relações;
- A comunhão – representa o ponto máximo da fusão no *Nós*;
- A comunidade traduz uma situação intermédia, em que o grau de participação no colectivo vai além do superficial

Estes diferentes tipos sociabilidades levam Gurvitch a concluir que há uma pressão colectiva sentida pelos membros que varia na razão inversa da intensidade da fusão do *Nós*. Quando existe uma grande identidade com o *Nós*, os membros ficam pouco sensíveis à sua própria individualidade em relação às ideias do conjunto.

A sociabilidade pode levar a diversos graus de intensidade nas relações com os outros. Gurvitch distingue relações de aproximação, as de afastamento e as relações mistas.

O fenómeno grupo

De entre as formas de sociabilidade, Gurvitch chama a atenção para os grupos que se situam ao nível macrossociológico. Os grupos não se confundem com a sociedade global nem se esgotam completamente nas relações de interacção e de interdependência que ligam os indivíduos. Cada pessoa é membro de vários grupos, tendo em cada um a sua individualidade. Num esforço de síntese, Gurvitch procurou elaborar uma lista do que os grupos são ou não são. Perante essa lista do que não constitui um grupo (pp.143-146) chega à definição do que constitui um grupo (ver p. 146).

Actividade formativa 3.

1 – Desenvolva um texto apresentando o que aprendeu acerca da explicação do social (diferentes formas de explicar a variabilidade social).

2 – Explícite o sentido que Durkheim atribui aos termos, solidariedade mecânica e orgânica.

3 – Explícite resumidamente (máximo de 15 linhas) do conceito de cultura.

4 – Faça uma pequena investigação que lhe permita distinguir vários conceitos e acepções atribuídos à palavra sociedade).

5 – Faça uma pequena investigação que lhe permita compreender e posteriormente resumir a importância que o naturalismo teve nas ciências sociais. Pode procurar em

Silva, Augusto Santos e Pinto, José Madureira – *Metodologia das Ciências Sociais*, Porto, Ed. Afrontamento (pág. 9 a 53)

6 – Tente explicar as diferenças entre “manifestações de sociabilidade”, “agrupamentos” e “sociedades globais” em Gurvitch.

7 – Faça um pequeno texto em que discorra acerca dos conceitos de natureza e cultura e das suas interligações

8 - Tente resumir os principais argumentos raciais de explicação do social. Critique objectivamente.

4. Métodos da observação e análise dos factos sociais (pp. 147-186)

Conceitos a dominar	Objectivos de aprendizagem e competências a adquirirem
Metodologia de investigação Técnicas de investigação Observação Amostra Inquérito Entrevista	<ul style="list-style-type: none">- Disponibilizar uma perspectiva genérica sobre as técnicas e métodos usados nas ciências sociais.- Equacionar os principais problemas levantados pela observação nas ciências sociais.- Perspectivar a necessidade de adequar os métodos e técnicas aos estudos a desenvolver.

Este ponto do programa será pouco desenvolvido e aprofundado atendendo a que o estudante efectuará aprendizagens mais específicas em unidades curriculares de metodologia incluídas no plano curricular da licenciatura em ciências sociais. No entanto, não poderia de deixar aqui algumas das questões fundamentais que se colocam às ciências sociais em termos metodológicos.

Desde logo o que se designa por problemas de observação e análise em ciências sociais, atendendo à natureza específica do seu objecto de estudo, sendo por vezes difícil de levar a cabo as investigações sociais por significar uma intromissão na vida dos outros. Estas questões devem estar presentes na investigação, de modo a desenvolver cautelas para evitar deformações conscientes ou inconscientes que se podem reflectir na apresentação dos factos.

A observação:

No que se refere à observação (p.148) ela pode ser documental; directa extensiva e directa intensiva.

Na observação documental há que considerar a existência de diferentes tipos de documentos tais como escritos, estatísticos e outro tipo de documentos (por exemplo, informação técnica). A observação dos diferentes tipos de documentos exige a aplicação de métodos específicos para a sua análise. Os métodos tradicionais de análise seguem certos processos de crítica interna e externa. Na crítica interna deve-se procurar entender o sentido exacto do conteúdo do documento e na crítica externa deve orientar-se para o esclarecimento do contexto em que surgiu e do impacte social que teve o documento. Trata-se de estabelecer a autenticidade do documento, a correspondência entre o conteúdo e os factos e os condicionalismos sociais que apresenta. (por exemplo é o que se faz na análise histórica de documentos). No que se refere a análise de documentos estatísticos deve-se ter em conta a plausibilidade dos dados pelo estudo da sua coerência interna e pela comparação entre elementos de diversas fontes.

Nos métodos quantitativos destaca-se a semântica quantitativa a que se recorre para a análise literária de textos, usada na reconstituição de textos antigos e que assenta na análise da frequência de certos vocábulos nos textos. Outra categoria muito usada nas ciências sociais é a análise de conteúdo. Trata-se de isolar da massa dos textos as linhas mestras e as tendências que lhes dão o seu sentido real.

A observação directa extensiva

Normalmente recorre-se a este tipo de observação quando se quer estudar uma população numerosa. Consiste em efectuar sondagens observando um certo número de pessoas escolhidas (amostra) da população (universo), concluindo a partir delas para o conjunto populacional.

Os principais métodos usados nas ciências sociais são o método por quotas e o método probabilístico. No método por quotas efectua-se a determinação de quotas de pessoas a interrogar na população total na base de um modelo teoricamente constituído dessa população conforme as características da população total, o modelo reduzido compreende um certo número de homens, de mulheres, de pessoas dos diversos grupos etários, das diversas profissões, de residentes em zonas rurais e urbanas, etc.

No método probabilístico as pessoas são escolhidas ao acaso para que todos os membros da população total tenham igual probabilidade de ser incluídas na amostra. A amostra pode ser constituída à sorte, por exemplo, retirando o nome de um ficheiro, por *clusters*, tirando agregados e pode ainda ser por estratificação, construindo um modelo teórico reproduzindo os diversos estratos considerados relevantes na população total para os efeitos do inquérito e procedendo depois, dentro de cada estrato a uma escolha ao acaso dos elementos a incluir na amostra.

A técnica do questionário

A elaboração do questionário deve obedecer aos critérios de fidelidade, validade e representatividade da amostra.

No plano da elaboração do questionário é fundamental considerar o tipo de perguntas a incluir, a ordem de apresentação de perguntas e a redacção

dada às perguntas. Pode-se optar por perguntas fechadas, prevendo-se a resposta com várias alternativas, ou perguntas abertas admitindo as respostas livres.

De salientar que o instrumento de recolha de informação deve ser adequado ao tipo de informação que se pretende recolher. Isso varia do tema que se pretende abordar. De forma a controlar as respostas obtidas deve-se efectuar a pergunta várias vezes sob forma diferente o que se designa por questões de controlo. A ordem das perguntas deve ser de modo a deixar a pessoa à vontade antes de abordar os assuntos mais susceptíveis de emotividade de modo a evitar eventuais influências.

As questões devem ser redigidas de modo a não influenciarem a resposta.

O questionário pode ser utilizado usando o método de o apresentar directamente às pessoas para elas o preencherem directamente ou ser apresentado por um inquiridor, que preenche as respostas. No primeiro caso usa-se quando se quer abranger um público mais vasto. No entanto, apresenta alguns inconvenientes que é a elevada percentagem de não respostas, e também a possibilidade de o questionário ser preenchido por outras pessoas. O segundo caso, o recurso a entrevistador é mais dispendioso mas garante uma certa espontaneidade nas respostas. Mas há também aspectos a ponderar uma vez que a presença do entrevistador também pode influenciar as respostas. É necessário tomar cuidados nomeadamente com a apresentação do entrevistado, as atitudes comunicacionais, insistir no segredo e anonimato, etc.

A apresentação dos resultados

Os questionários devidamente codificados (classificação de respostas) actualmente são tratados informaticamente. Hoje existe software específico para o tratamento deste tipo de informação, como é o caso do SPSS.

A observação directa intensiva

A observação directa intensiva distingue-se pelo grau de profundidade a que procura chegar no estudo das atitudes e comportamentos dos indivíduos e dos grupos que estuda. A atenção incide geralmente sobre grupos restritos e a técnica mais usual é a entrevista. É usada normalmente para recolher informações sobre opiniões, atitudes e comportamentos esperados.

A elaboração de uma entrevista é preparada com um conjunto de perguntas (guião). Na sua aplicação o guião pode ser aplicado com rigidez seguindo a ordem estabelecida ou deixar a conversa evoluir colocando as questões de acordo com o desenvolvimento da conversa. A análise das entrevistas implica um trabalho de interpretação e atribuição de significação à informação recolhida. Actualmente existe também algum software que permite realizar a análise de entrevistas informaticamente (por exemplo, o programa Nvivo).

Outra forma de observação intensiva é a observação participante em que se procura viver no todo ou em parte a experiência dos grupos que estudam, por forma a chegar a uma visão interna dessa vida de grupo do mesmo ponto de vista dos que por ela normalmente passa. Esta técnica é muito usada pela antropologia embora actualmente seja também usada cada vez

mais pela sociologia e psicologia social (veja-se a título de exemplo o livro de Luís Fernandes, “O sítio das drogas”).

As ciências sociais debatem-se com o problema associado aos quadros de interpretação associados ao método científico em que existem dificuldades em produzir generalizações ou “leis sociais” atendendo às especificidades do objecto de estudo. Outra dificuldade das ciências sociais prende-se com as dificuldades de efectuar experimentação de modo a testar as hipóteses de trabalho.

Por fim, o método comparativo permite estudar as semelhanças e as diferenças dos fenómenos em análise. Pode-se efectuar “comparações próximas” e “comparações afastadas”. A comparação próxima é a que procura aperceber o sentido real da influência dos elementos de uma dada situação por comparação com outra muito parecida, notando cuidadosamente as variações que resultaram das diferenças na ordem do aparecimento, na ênfase ou nas combinações dos diversos elementos. As comparações afastadas são as que se fazem entre coisas cuja analogia não é à primeira vista evidente.

Actualmente está vulgarizado o recurso a vários métodos e técnicas no decurso de uma investigação e mesmo o recurso a diferentes disciplinas das ciências sociais, procurando analisar segundo diferentes perspectivas o mesmo fenómeno social de modo a obter uma visão mais completa e global sobre o assunto.

Actividade formativa 4.

1) Consulte um trabalho de investigação sociológica de carácter quantitativo. Por exemplo, o estudo sobre o suicídio de Durkheim. Procure inteirar-se das fontes, das técnicas de recolha de informação e instrumentos de análise. Elabore um pequeno comentário sobre esse trabalho.

2) Consulte um trabalho de carácter qualitativo. Identifique o objecto de estudo, a problemática, os instrumentos de recolha. Elabore uma pequena síntese crítica sobre o estudo.

Pode consultar alguns links para procurar alguns estudos:

Revista Crítica de Ciências Sociais

<http://www.ces.uc.pt/publicacoes/rccs/rccs.php>

Análise Social

<http://www.ics.ul.pt/analisesocial/>

Sociologia, Problemas e Práticas

<http://sociologiapp.iscte.pt/>

Guia virtual das ciências sociais

<http://www.ics.ul.pt/guiavirtual/>

7. Informações úteis

7.1 Preparação para a avaliação

Os(as) alunos(as) em regime de ensino a distância tradicional terão um momento único de avaliação que é presencial. Para uma melhor preparação deve seguir a metodologia de trabalho sugerida não esquecendo que:

- Espera-se que desenvolva um espírito reflexivo e crítico sobre as ciências sociais. Para o efeito deve desenvolver o espírito de curiosidade pelo saber, treinando várias competências.
- Neste caderno de apoio são disponibilizados vários exercidos que visam aprofundar e desenvolver capacidade de articulação sobre os conteúdos programáticos. Embora não tenham carácter obrigatório, acreditamos que a sua realização acrescenta um valor acrescentado ao saber do(a) estudante.
- São também disponibilizados dois testes formativos que devem responder no sentido de aferir a assimilação de conhecimentos.
- AVISO: Não esquecer que não são aceites como respostas válidas transcrições do manual adoptado ou deste Caderno de Apoio.

Os(as) alunos (as) no novo modelo pedagógico de ensino on-line em regime de e-learning na plataforma Moodle, podem optar por dois tipos de avaliação:

- ✓ Avaliação contínua com três momentos de avaliação (2-e-fólios) e um p-fólio presencial ou por uma avaliação através de um exame final presencial.
- ✓ Aplicam-se os avisos gerais feitas anteriormente.

7.2 Contactos:

No caso do ensino a distância tradicional se persistirem dúvidas deve contactar a docente:

Olga Magano

Universidade Aberta – Delegação Porto

Telefone – Geral 228346760 – Directo 228346790

Horário de atendimento

Segunda-feira: 9h.30-15h.30

Terça-feira: 14-17 horas

e-mail: omagano@univ-ab.pt

No caso do regime de e-learning deve contactar com o tutor responsável pelo acompanhamento da turma em que ficar colocado.

Um excelente trabalho.

15 de Julho de 2008